

Do silêncio à fala:

o difícil acesso aos conteúdos psicossociais da mulher vítima de violência

Nilma Renildes da Silva

Como citar: SILVA, Nilma Renildes da. Do silêncio à fala: o difícil acesso aos conteúdos psicossociais da mulher vítima de violência. *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e sexualidades na sociedade: diversos olhares sobre a cultura da desigualdade - volume 2.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.79-94.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-86-6.p79-94>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

DO SILÊNCIO À FALA: O DIFÍCIL ACESSO AOS CONTEÚDOS PSICOSSOCIAIS DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.

Nilma Renildes da Silva

INTRODUÇÃO

A discussão do presente trabalho tem como subsídio teórico a Psicologia Histórico-Cultural cuja concepção de homem, que perpassa seus estudos, é de um ser ativo, que produz os meios para sua sobrevivência e vem tecendo a sua história no decorrer das relações sociais que estabelece com outros homens, por meio do trabalho. Este aqui entendido como atividade vital humana, um feito que ocorre entre o homem e a natureza, que colocou em movimento a força da qual seu corpo dispõe a fim de se apropriar da matéria e dar-lhe uma forma que lhe fosse proveitosa. Essa ação sobre a natureza exterior provocou modificações nela e no próprio homem, abrindo-lhe novas possibilidades de desenvolvimento.

Ao partir da compreensão de que o homem é um ser social e ativo, é importante a discussão de que o comportamento tido como violento não é inato, embora o homem possua a abertura para relacionar-se por meio da violência, aqui entendida como *vis* (do latim = força), como o uso da força para transformar a natureza, ou ainda, como um meio. O uso da força como mediadora das relações sociais está tão arraigada no cotidiano que é entendida como um *instrumento natural* do qual o homem se dispõe. Historicamente temos visto que a violência está tão vinculada à produção ou criação histórica, que às vezes não se caracteriza a violência como meio a serviço de um fim. discutimos que a violência assume diferentes configurações e que ela se caracteriza de acordo com CHAUI, como:

todo o ato de força contra a natureza de algum ser; de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (CHAUI, 1999, p.160).

A violência como meio está instalada na sociedade a serviço de determinadas relações sociais, ou seja, ao império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes. Esse fato também é visto nas relações intrafamiliares permeadas não só pelo sistema capitalista, mas também pela lógica do patriarcado, que influencia diretamente na discussão da violência psicológica, foco deste trabalho. Pela difusão das ideias de dominação na ação e no comportamento humano, podemos ver como a violência deixa seu caráter primário de instrumento transformador da natureza, para se tornar um fenômeno essencialmente social que, muitas vezes, tem o *fim* em si mesma para manter-se.

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Os laços que prendem as mulheres, adolescentes e meninas na condição de objeto em nossa sociedade remontam a um passado longínquo. Essas (em sua maioria), em função desse papel social “objeto”, não encontram ressonância para suas queixas e reivindicações em grande parte dos espaços públicos e privados. Apesar de podermos enumerar as conquistas das mulheres ao longo da história recente, o fato é que nos dias atuais o que impera é a violência doméstica contra mulheres e meninas, o feminicídio e um total descaso das políticas públicas para a implementação dos mecanismos já previstos em diferentes leis para abolir/diminuir o crime para com mulheres e meninas.

Neste texto vamos explorar a violência psicológica por conta da dificuldade de identificação, tanto pelos profissionais como pelas vítimas da violência psicológica. Devido a sua complexidade e ao fato de não deixar marcas físicas visíveis diretamente relacionadas à violência sofrida, ela acarreta danos à saúde psicossocial da vítima, não afetando apenas emocionalmente, mas também se agravando em outros quadros patológicos, o que produz impacto na vida emocional, pessoal e social. Dada a sua característica subjetiva, perceber o sofrimento da mulher provocado pela violência doméstica do tipo psicológico é bastante difícil, muitas vezes, até para ela mesma.

A lei 11.340 de 07/08/2006, conhecida como a lei Maria da Penha, traz claramente em seu artigo sétimo o entendimento do que se caracteriza a violência psicológica e que se constitui em um crime e na violação dos direitos humanos da mulher, conforme a lei:

a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2015).

Os constrangimentos, ridicularizações e grande parte das demais facetas da violência psicológica são principalmente explicitados por meio da linguagem nas discussões entre os casais. As falas do agressor vão deixando um rastro de humilhação e desqualificação da mulher que a faz sentir-se desumanizada. Por conseguinte, sentir-se incapaz de pensar por si própria, fazendo com que ela não tenha condições de refletir sobre o que está vivenciando, se há um dado de realidade naquilo que ouve do agressor e na vivência que ele explicita ou se há distorções. Os relatos das mulheres sobre a violência psicológica demonstram que a manipulação do agressor atinge um limite que é insuportável, levando-as a sentirem tanto medo e culpa que, enquanto durar a situação de vítima, não possibilita condições de reações às violências sofridas, sejam elas no ambiente doméstico ou públicos.

Um fator que agrava a violência psicológica no nosso entendimento é ela ser uma forma de agressão que está associada às demais, raramente ocorre isoladamente. Nos relatos de violência física, sexual, verbal ou moral, sempre acompanha a violência psicológica, nenhuma mulher sofre uma agressão física ou outra e não se sente humilhada e envergonhada. A violência psicológica, que muitas vezes se configura como brincadeiras constrangedoras, dúvidas em relação à fala da mulher chamando-a de louca e outros constrangimentos como as humilhações, desprezo afetivo, desqualificações e culpabilizações, não traz consigo gritos que podem ser ouvidos pelos familiares e vizinhos, dificultando que ela possa ser desvelada pelo entorno da vítima. Isso facilita para que o agressor se aproveite da situação, para usar cada vez mais a chantagem emocional contra a vítima e a convença de sua responsabilidade pelo ato da violência sofrida e a vítima, presa nessa trama, tem muitas dificuldades para se desembaraçar, quando consegue.

A violência psicológica normalmente não se revela, mas vem travestida pelas suas consequências, haja vista que em um primeiro momento (na maioria das vezes), a mulher vítima de violência psicológica busca auxílio psicossocial para as consequências da violência que silencia: problemas como depressão, distúrbios alimentares, ansiedade, distúrbio de pânico, doenças de ordem física e problemas de relacionamentos familiares, etc. Acessar as informações sobre a violência psicológica sofrida pela mulher exige do profissional não apenas o conhecimento sobre essas queixas, mas também a sensibilidade para buscar as causas desse sofrimento/queixa.

Nesse sentido, cabe o alerta de que a abordagem profissional tem que ter um alcance além da esfera psíquica ou física da mulher, buscando abordar como está o seu processo de reprodução da vida. Caso contrário, corre-se o risco de medicar “um crime”.

O medo, a culpa, a vergonha, a frustração e o sentimento de que o agressor, por ser amado, merece ser perdoado porque prometeu mudar seu comportamento, entre outros fatores, calam a vítima. No entanto, assim como os demais tipos de violência contra a mulher, os episódios são repetitivos, gerando ansiedade constante na vítima e refazendo o ciclo da violência. De acordo com Bárbara (2005), a violência doméstica segue, com maior frequência, uma dinâmica que se divide em três fases, sendo a primeira: Fase da Tensão, na qual agressor vai acumulando tensões e frustrações com as quais não sabe lidar e não consegue elaborar e, por isso, transfere para a vítima toda a responsabilidade. Nesse primeiro momento é comum culpar a mulher por qualquer coisa que ocorra na relação e com a qual ele discorda. Como dizem as mulheres “eles começam a puxar briga”. Nós entendemos que nessa fase as mulheres vítimas de violência vivenciam um *continuum* de violência psicológica, há uma tensão permanente que elas também acumulam.

A segunda fase é caracterizada como a Fase da Explosão, a partir de um detalhe irrelevante, de um motivo banal o agressor perde o controle e inicia a agressão para demonstrar poder. Muitas vezes após a agressão ele pode se sentir culpado ou ter medo de punição e intensifica a culpabilização da mulher. Essa culpabilização é para que a vítima não o denuncie. Já na terceira fase, com a ilusão de que a violência não vai se repetir, vem a que se caracteriza como Fase da Lua de Mel: o agressor manipula seu comportamento tentando se mostrar como um bom companheiro e prometendo mudanças, buscando proporcionar à mulher momentos bons e sem violência. Assim o ciclo se completa, a mulher já fragilizada de tanta violência não tem condições de reagir e o agressor retoma o controle da situação e ela se silencia cada vez mais.

AS ESTATÍSTICAS – OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher alcançou números exorbitantes. É um problema de saúde e desafia os profissionais da rede pública e privada

a encontrar formas de atuação que sejam capazes de prevenir essa forma de violência e aliviar o sofrimento daquelas que já foram e são vítimas. De acordo com informação do Portal Brasil, no primeiro semestre de 2016, o Ligue 180 – a Central de Atendimento à Mulher – registrou 555.634 atendimentos, em média 92.605 atendimentos por mês e 3.052 por dia. Ainda de acordo com essa fonte de informação, o percentual de 12,23% (67.962) foram relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial e 0,24%, tráfico de pessoas.

Esses são os dados que foram revelados, mas sabemos que a maioria das vítimas de violência doméstica não revela seu sofrimento. No Brasil hoje (novembro de 2017), 13 mulheres por dia não sobrevivem para denunciar a violência sofrida, 11 mulheres por dia são estupradas, essas foram as que denunciaram! E as que sofrem ameaças e não podem denunciar? Entre as mulheres negras, o feminicídio vem aumentando, ao passo que diminui entre as mulheres brancas. O que nos mostra que a população negra é a mais vulnerável, a maior vítima. Esses dados são apenas para ilustrar o quanto ainda se tem que avançar na proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e no trabalho de igualdade entre os gêneros, pois o Brasil entre outras estatísticas funestas ainda é o:

4º país do mundo com maior número de casamentos de crianças e adolescentes. 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. A maioria, meninas. 19% dos bebês nascidos vivos são filhos de meninas entre 14 e 19 anos. Em alguns municípios onde a Plan atua, essas taxas podem chegar a 33%. A mortalidade de crianças filhas de mães adolescentes é 20% maior do que a das filhas de mães adultas e jovens. (INSTITUTO NEO MONDO, 2017).

As taxas descritas acima se somam à questão de que as meninas, que não se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade, têm cerca de quatro anos a menos que os garotos para a garantia de seu desenvolvimento infanto-juvenil. Comumente, quando elas retornam da escola (as que vão à escola) são diariamente chamadas a auxiliar a mãe ou a/o responsável nos trabalhos domésticos e nos cuidados com os filhos (as) menores ou a

realizar tarefas que não são impostas aos meninos, como: cuidado com a arrumação da casa, do quintal, das roupas, preparo da alimentação, etc.

A reprodução do patriarcado pelas mães/mulheres/responsáveis na educação dos/das jovens, o racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTQfobia, etnocentrismo continuam a produzir mais violência e a objetificação da mulher. Pesquisa Datafolha publicada em 08/03/2017 discute que uma a cada três brasileiras de 16 ou mais anos já foi xingada, espancada, esfaqueada, ameaçada, chutada, empurrada, nos últimos 12 meses. Enquanto cresce a mortandade entre os garotos negros, cresce o abuso e as doenças sexualmente transmissíveis entre as garotas, principalmente entre as negras.

Levantamento empírico para futura pesquisa realizado por grupos de discentes da disciplina Psicologia Social II, que ministramos, demonstrou que em nosso município, as adolescentes e jovens apesar de conhecer e ter informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Maria da Penha, poucas denunciam ou comentam com seus responsáveis e/ou familiares os abusos sofridos na escola, na rua ou nos serviços públicos que participam como centros de convivência e unidades básicas de saúde, para exemplificar. A maioria delas relata já estar “acostumada” com esses maus tratos, naturalizando o uso da violência nas relações sociais, transformando em natural um fenômeno que é essencialmente social.

Na disciplina de Estágio em Psicologia Social e Comunitária há muitos anos atuamos com grupos de crianças e adolescentes em Centros de Convivência. Temos observado, ano após ano, a violência como forma de comunicação e de resolução de conflitos entre eles e muitas vezes com os educadores. Em muitos casos observamos, também, que os educadores ao desenvolver suas atividades com os usuários dos serviços usam a violência verbal, ameaças e em alguns casos a violência física. Demonstrando com isso que na mediação do processo de sociabilidade reina o senso comum, o despreparo e a falta de formação adequada para trabalharem com essa população, bem como, com a especificidade das relações permeadas pelo uso da violência.

Em relação às mulheres, as estatísticas não são mais amistosas, pelo contrário, o feminicídio ronda às portas de muitos lares brasileiros. No ano de 2016, 503 mulheres foram vítimas de agressão física por hora no Brasil. Representando 4,4 milhões de mulheres, de acordo com pesquisa DataFolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda, essa mesma pesquisa demonstra que se contabilizar a violência

verbal, essa taxa cresce exponencialmente e vai aumentando conforme se enquadra os outros tipos de violência contra a mulher.

Na maioria dos casos de violência contra a mulher (61%), o agressor é conhecido. Sendo que 43% dos casos ocorrem dentro de casa e 39% acontecem na rua. A pesquisa ainda mostra que mais da metade das mulheres que foram vítimas não tomaram nenhuma atitude após serem agredidas. Pouco mais de 10% denunciaram o agressor em uma Delegacia da Mulher e apenas 1% ligou para o número 180 (Central de Atendimento à Mulher), de acordo com a pesquisa supracitada.

Esses dados corroboram a continuidade da violência contra a mulher mesmo após a criação da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e a Lei do Feminicídio – Lei 13.104/2015 (BRASIL, 2015). A primeira teve como objetivo principal criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e a segunda passa a classificar o homicídio de mulheres como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.).

De acordo com a Lei 13.104/2015, o Feminicídio é caracterizado quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. A violência contra a mulher está sempre baseada em: sentimento de posse sobre a mulher; controle sobre seu corpo, desejo e autonomia; limitação da sua emancipação profissional, econômica, social ou intelectual; tratamento da mulher como objeto sexual; e manifestações de desprezo e ódio pela mulher e por sua condição de gênero.

De acordo com o Mapa da Violência de 2015:

Em 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década. (WAISEFISZ, 2015, p. 15).

Em relação à morte de mulheres no Brasil, a taxa de feminicídio é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875, enquanto a taxa de mortes de mulheres brancas caiu 9,8%. E também como nos outros casos de violência, os homicidas eram parceiros ou ex-parceiros da vítima.

A VIOLÊNCIA NUA E CRUA

Esse texto foi produzido a partir do minicurso que ministramos no Encontro da Mulher de 2016 – UNESP/Marília XIII Semana da Mulher - Mulheres e Gênero: olhares sobre a educação, mídia, saúde e violência, no qual utilizamos uma dinâmica de grupo com uma história fictícia sobre “*gaslighting*”, uma forma de violência psicológica. O termo vem de 1938, da peça *Gas Light*, na qual o marido busca deixar sua mulher louca diminuindo todas as luzes (que funcionavam a gás) da casa e quando a mulher notava a diferença ele negava. É uma forma de abuso emocional que faz com que a vítima questione seus próprios sentimentos e sanidade, o que possibilita muito poder ao marido abusivo que, ao conseguir fazer a vítima perder a habilidade de confiar em si mesma, prende-a na teia do relacionamento abusivo.

Para a apresentação da dinâmica de grupo no minicurso, a estagiária Monique Cassiano Motta traduziu e organizou um material intitulado “Quando nos fazem de loucas” para utilizarmos com as/os participantes do minicurso¹. Este material foi utilizado em uma dinâmica de grupo e constitui-se como uma atividade bastante interessante como referência para pensarmos a violência psicológica no cotidiano. Ela consultou diversas fontes entre elas o site www.livredeabuso.com.br.

O material preparado foi constituído por um questionário com quatorze perguntas e uma tabela com os atos de violência que explicitam o *gaslighting*. Nas perguntas, para serem respondidas com “sim” ou “não”, foram descritas diversas situações que as mulheres vítimas de violência

¹ Auxiliaram na dinâmica de grupo no minicurso as estagiárias Nassin Golshan e Monique Cassiano Motta. A elas meus agradecimentos por esta e outras parcerias.

psicológica enfrentam no seu cotidiano. Foi um facilitador para reconhecer se o relacionamento é abusivo e para refletir sobre os impactos emocionais que essas práticas violentas provocam.

As perguntas tinham intuito de questionar se as mulheres duvidavam constantemente de si mesmas no relacionamento, se elas se perguntavam se estavam ficando loucas ou se pediam desculpas mesmo quando sabiam que estavam certas; também foi perguntado se elas precisavam esconder informações de amigos ou familiares para evitar constrangimento ou se mentiam para seus parceiros para evitar que fossem mal interpretadas; foi indagado se elas começaram a ter dificuldade em tomar decisões fáceis, se pensavam que eram mais confiantes antes do relacionamento e se começaram a sentir insegurança com muita frequência, dentre outras perguntas.

A tabela teve o objetivo de identificar os atos de violência: retenção do diálogo, contestação, bloqueio ou desvio do assunto, banalização, esquecimento ou negação. A seguir, exemplificá-los e deixar um espaço para que as mulheres preenchessem com suas lembranças de atos violentos sofridos e pudessem, assim, compreender o que sofreram.

Percebemos durante o minicurso o quanto os profissionais careciam de materiais que os instrumentalizassem para atuar diretamente com a violência psicológica, no entanto, gostaríamos de ressaltar a importância da formação continuada dos profissionais que atuam com mulheres vítimas de violência doméstica. Se basear em um conjunto de perguntas e em uma tabela não deixa de ser um bom ponto de partida, mas a complexidade das relações mediadas pela violência traz consequências muito danosas para todo o seu entorno, seja familiar ou não. A atenção à vítima de violência doméstica carece de uma equipe preparada para ir do acolhimento ao acompanhamento do caso, passando pelos diferentes tipos de tratamentos aos quais ela vai se inserir.

Dependendo da relação entre agressor e vítima é muito comum que a vítima queira apenas que o agressor mude sua compreensão e que os profissionais e legisladores possam desenvolver outras tipificações específicas nos relacionamentos entre os gêneros na sociedade capitalista. Muitas reivindicam os “centros de educação e de reabilitação para os agressores” para que esses homens sejam obrigados a se integrarem em programas de

reeducação e deixem de praticar atos ofensivos à integridade das mulheres, encaminhamento já previsto no artigo 45 da Lei Maria da Penha.

A experiência com grupos de mulheres vítimas de violência doméstica, nos seus diversos tipos, tem nos mostrado que a oportunidade de falar, escrever ou desenhar sobre a vivência traumática é um dos caminhos para superação das diversas consequências/sequelas provocadas na vítima. “*Vai ser muito bom falar sobre isso porque para mim vai ser um desabafo [...] não sei nem como começar*”. (Caso 3). Bem como, oportuniza que outras mulheres se percebam como vítimas e se encorajam para denunciar tal violência. A seguir, transcreveremos alguns trechos de falas de mulheres que sofreram agressões, nos quais é perceptível a Violência Psicológica entrelaçada com os demais tipos de violência. Toda forma de violência marca e deixa um traço psicológico nas mulheres que as impede de ter uma vida leve ou até a buscar novos relacionamentos, mesmo após muito tempo da separação.

CASO 1

[...]Eu jamais podia contrariá-lo ou fazer alguma crítica – ele sempre estava certo. Então me sentia envergonhada de expor essa situação. Eu me sentia cada vez mais torturada psicologicamente. O medo também era um motivo que me impedia, e com isso me manipulava para acreditar em tudo que ele falava. Ele inventava mil histórias que escondiam traições. Apesar de eu desconfiar de certas atitudes, ele sempre me convencia ao contrário, sempre se fazendo de vítima das situações, e eu, como sempre, era a louca, a ciumenta, a descontrolada. O medo também era um motivo que me impedia. Além da vergonha, medo, também a culpa. Sempre que ele me agredia, ele falava que a culpa era minha. Ele fazia grandes chantagens emocionais para me usar ... quando eu precisava de ajuda, a resposta era sempre um não carregado de desprezo. E quanto mais eu procurava por certos objetos, mais coisas eu descobria que haviam sumido. De joia até roupas caras, maquiagem, e até objetos de decoração. Mais uma vez, eu era a louca, a que desconfiava sem motivos. Ele queria me convencer que eu havia perdido essas coisas... Ele me fazia me sentir pra baixo, e qualquer tentativa de conversar eu sempre saía como a louca e culpada”.

CASO 2

*[...]Começa com uma tensão, **já tenho medo de fazer uma simples pergunta.** Meu falar é **tenso, medroso.** Ele diz desembucha! **Seu olhar é de repreensão.** Não consigo **sustentar meu olhar, minha fala me soa estranha.** Desisto da pergunta **me calo.** Começo a **roer as unhas.** **Dentro de mim confusão total, não sou mais aquela pessoa que era.** Ele me pede dinheiro para comprar “droga” às vezes, eu não tenho. Ele manda eu pedir para minha mãe e diz que se **eu disser para o que é, ele me mata.** **Sinto medo e vou até lá que é perto, minto para ela.** **A vergonha me impede de contar...**um dia ele me pegou pelo pescoço, nem sei porque. Quando eu estava quase sem ar, rezei e me disse: **que se eu saísse viva eu ia me separar.** **Essa situação se repetiu por muitas vezes, quando não está bêbado ou drogado ele é uma boa pessoa...olha meu dedo...ele que quebrou, por isso é torto.** Da última vez que ele me enforcou vi a morte e aí tive coragem de procurar minha mãe [...] **só eu sei o que isso deixou dentro de mim, não confio mais nas pessoas [...].***

CASO 3

*Nós estávamos para casar. Eu tinha 27 anos. Ele era muito carinhoso, me enviava flores e bombons. Mas também **vivía me dizendo que eu era caipira que eu tinha o pé vermelho, desprezando minha origem.** Estas palavras **caíam feito bomba em minha mente eu ficasse péssima, pois, há muito tempo que eu tinha vindo do sítio [...]** No mês antes do casamento **ele me convenceu de que podíamos ter relações sexuais.** A gente vai casar ele dizia! Passado duas ou três semanas após o casamento percebi que estava passando mal. Fui ao médico sozinha ele não quis ir comigo [...] Depois do casamento ele já vinha **me tratando diferente,** quando eu cheguei na minha casa ele estava deitado no sofá, mostrei o resultado do exame que comprovava a gravidez **ele amassou e jogou pela janela.** **Você não tem ideia do que ouvi, ele queria que eu abortasse e disse que eu era uma idiota, retardada e que não soube me cuidar.** **Eu me sentia culpada e por aí foi, muita humilhação.** **Ali se foi um pedaço da minha vida.** **Ele tentou me persuadir a tirar a criança, eu era uma menina em termos de maturidade e era totalmente contra o aborto.** **Não adiantou eu tentar explicar que eu não sabia como evitar.** **Virou uma discussão.** Meu casamento acabou ali, mas eu continuava com a*

educação familiar que eu trouxe, mulher tem que aguentar o marido. Ali eu percebi que o homem com quem eu casei era um monstro. Eu tinha medo de dormir com ele, porque era uma violência o que ele fez comigo e não podia tomar pílula. Eu trabalhava e ganhava mais que ele. Depois de 9 meses engravidei e volta todo o sofrimento novamente... E depois de dois anos e meio, nova gravidez [...] aí começaram mais humilhações para mim e à minha família. Muitas ameaças de me matar e tive depressão pós parto. Ele passou a não me dar dinheiro para ajudar na criação dos meus filhos. Após isso, a relação se deteriorou muito caminhando para agressões físicas e ameaças de morte. Ele espalhava mentiras de que eu o agredia... o que sobrou de mim eu não consigo explicar eu não me sinto forte mas não quero carregar a síndrome de coitadinha. As palavras, as humilhações, as comparações e as marcas que ele deixou no meu corpo eu ainda consigo mostrar para as pessoas, mas as marcas que ele deixou no meu EU isso nunca vai apagar. Os meus sonhos de mulher... eu não sei o que sobrou da minha vida eu não sei... Você ser humilhada por uma pessoa que você entregou sua vida, isso nunca, nunca vai apagar [...].

Essas mulheres, após muitas lutas e quase morrerem nas mãos de seus agressores, conseguiram a separação. Todas elas carregam as marcas das vivências violentadas. Reiteramos o que disse uma participante no minicurso: “a mulher vítima de violência doméstica, seja qual for o tipo, vive em pânico, sob estresse porque nunca sabe quando será “atacada!” O medo, a paralisia e a vergonha não deixam as vítimas exporem a violência, a humilhação e a desqualificação constantes eliminam a autoestima. Com isso, a naturalização e negação da violência doméstica se reproduzem cada vez mais. No entanto, a coragem elimina o medo, enfrentar a vergonha e denunciá-la aumenta a autoestima e os grupos organizados contra a violência doméstica fortalecem e reavivam as mulheres vítimas de violência doméstica. “As mulheres devem tentar detectar qualquer sentimento que as deixe para baixo, vulneráveis se sentindo pior do que já sentem, muitos homens demonstram com palavras que são manipuladores”. Caso 2.

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO FINAL

Estamos vivendo tempos difíceis também em termos econômicos e políticos, porque ao mesmo tempo em que vemos o crescimento da violência contra a mulher, assistimos a retirada de diversos direitos e da possibilidade da discussão sobre gêneros, sexualidade e violência na Educação, *locus* privilegiado para ações no campo da promoção de direitos e de coibição do uso da violência nas relações sociais. Homens, mulheres e outros gêneros precisam se engajar na luta rumo à eliminação de todas as formas de violência contra a mulher.

Atualmente, mais que necessário, precisamos pensar um conjunto de ações nos diferentes níveis de atenção em políticas públicas que abordem sobre o fenômeno da violência contra as meninas e mulheres, a fim de desnaturalizá-la. Bem como, promover debates e outras formas de discussão com a população de meninas e mulheres que tratem sobre seus direitos, explicitar as formas de abusos, evidenciar supressão de seus direitos, informá-las e orientá-las para buscar formas de protegê-los.

É preciso informar e discutir com a comunidade que considerar a mulher e a menina objetos da ação masculina, que discriminar por questão de gênero, etnia e outras discriminações, que a misoginia e que discriminar pela orientação sexual, é desumano e passível de punição e atenta contra os direitos de mulheres e meninas de terem autonomia no seu desenvolvimento pessoal e social. Nos projetos sociais para a juventude, precisamos desenvolver ações que busquem identificar vulnerabilidades e situação de risco tanto das meninas como das mulheres.

Outras ações necessárias são: organizar e/ou potencializar os grupos e programas que visam dar assistência aos casos de violação de direitos das mulheres; lutar pela ampliação dos serviços já existentes e propor a criação onde não há desenvolvimento de ações às mulheres e meninas vitimizadas e em situação de risco; propor formação continuada e acompanhamento para os profissionais que atuam com meninas e mulheres vitimizadas, pois a atuação com vítimas de violência acarreta estresse ao profissional que fica desamparado na sua atuação.

Finalizando este capítulo, reiteramos nossa posição de que além da luta no campo singular que cada mulher vítima tem que travar contra a violência doméstica, no campo particular não é possível discutir as

opressões sofridas pelas mulheres descontextualizando as questões de classe e raça. A primeira porque, de acordo com Saffioti (2015), a opressão das mulheres traz grandes vantagens ao capitalismo e configura-se como um instrumento de gestão da força de trabalho e a segunda porque, segundo Davis (2017, p. 37):

[...] as mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas da classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres das classes trabalhadoras obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo.

REFERÊNCIAS

- BÁRBARA, M. S. *Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005.
- BRASIL. *Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha*, 2006.
- BRASIL. *Lei 13.104/2015 - Lei do Feminicídio*, 2015.
- CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- INSTITUTO NEO MONDO. O que faz a Plan International?. 2017. Disponível em: <http://www.neomundo.org.br/2017/09/29/o-que-faz-a-plan-international/>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- WAISEFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 12 nov. 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, aponta Datafolha. *G1 São Paulo*, 08 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mais-de-500-mulheres-sao-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora-no-brasil-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2017.

CALAZANS, M.; CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C, H. (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

GELEDÉS. *14 sinais de que você é vítima de abuso psicológico – o Gaslighting*. 10 set. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/14-sinais-de-que-voce-e-vitima-de-abuso-psicologico-o-gaslighting/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica*. El Salvador, C. A: UCA Editores, 1989. v. II.

MENA, Fernanda. Uma em três brasileiras diz ter sido vítima de violência no último ano. *Folha Uol*, 08 mar. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PLAN INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.doeplan.org.br/nosso-trabalho-programas/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/>. Acesso em: 12 nov. 2017.